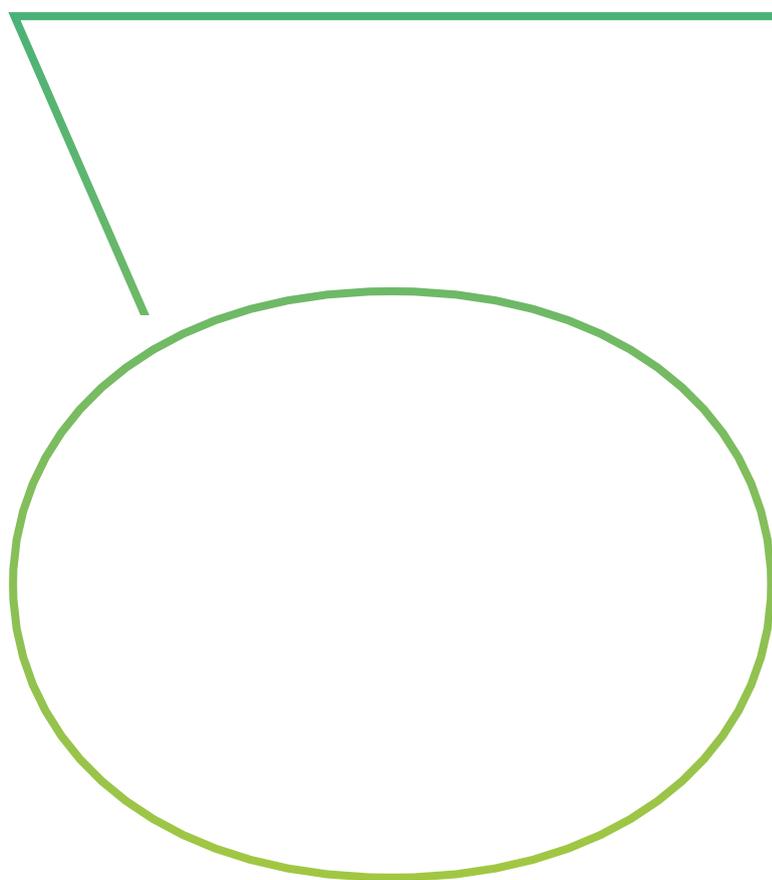
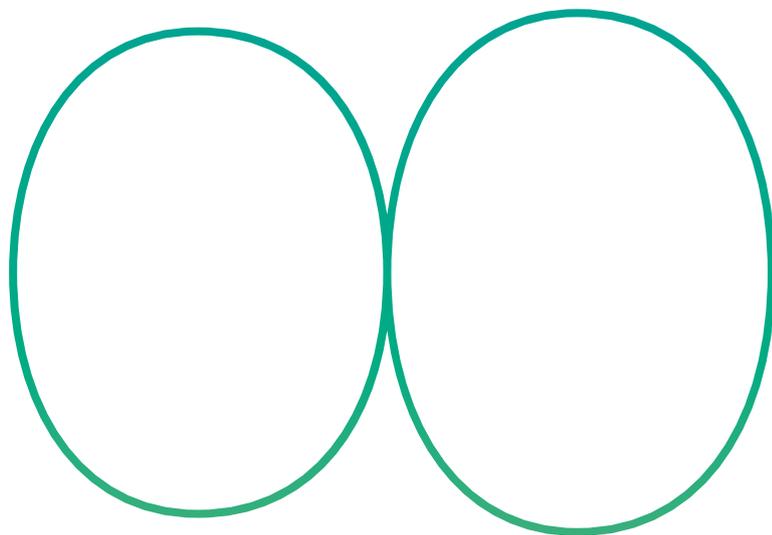


# RELATÓRIO DE GESTÃO



# ANEXO CONTÁBIL DE DADOS

Mensagem da diretoria e do conselho 04

Cenário econômico 06

Estrutura sistêmica 08

Nossa evolução 10

Governança corporativa 14

Demonstrações financeiras e contábeis 16

Parecer do conselho fiscal 42

Nossas agências 44

Mensagem da diretoria e do conselho

# Força do cooperativismo.



O desempenho da economia, em 2018, ficou bem abaixo das expectativas e, mesmo assim, o cooperativismo de crédito no país superou as médias de crescimento dos demais setores econômicos. O Sicoob Credseguro acompanhou essa realidade, com resultados afetados pela redução da taxa básica de juros do Banco Central, que reduziu o ganho com empréstimos e também a atração pelas aplicações financeiras baseadas na Selic.

No entanto, a estrutura da cooperativa se movimentou e, com apoio estratégico e operacional dos colaboradores, e engajamento dos cooperados, ampliou a oferta e aquisição de novos serviços, além do crescimento da base de associados.

A dinâmica da gestão do Sicoob Credseguro segue os princípios do cooperativismo, que movimenta e fortalece o setor na economia brasileira. Importante observar que em 2018, conforme dados apresentados nas próximas páginas, destacam-se a ampliação de associados, que cresceu de 2.348 para 2.702, com alta de 15%. O Sicoob Credseguro se

fortaleceu no período, com avanço dos ativos totais, que superaram R\$ 299 milhões somente no último ano.

Apesar do mais longo período de recessão e estagnação da economia brasileira nas últimas décadas, o Sicoob comemora mais do que a ampliação de ativos, sobras e número de associados, mas também investimento na maior capacitação da equipe, integração constante com o sistema Sicoob, novos serviços e fortalecimento das agências, demandas que estavam no nosso planejamento estratégico e que visa dar mais acesso ao associado a nossas ações e informações – focando sempre em um dos nossos pilares, a transparência.

Destacamos o papel e a união da Diretoria, Conselho, colaboradores e cooperados, que possibilitaram superar a crise e transformar empenho em resultados positivos.

**Muito obrigado a todos.**

# Prever para se adaptar ao que virá é o segredo das grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos".

Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou que estra-

tégia traçar.

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior.

A performance positiva se reflete tam-

bém nas operações de crédito bruto, que registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda de juro longo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões de início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investin-

do em papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



## Estrutura Sistêmica

### Confederação / Bancoob

- Ponta administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

### Cooperativa Central

### Cooperativa Singular

### Cooperados

#### Missão:

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

#### Visão:

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

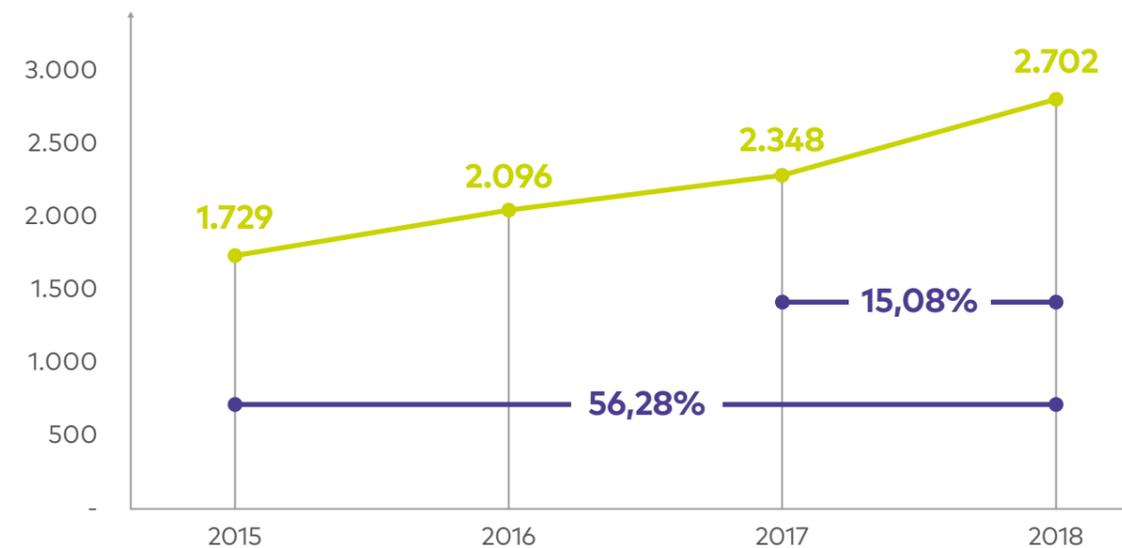
#### Valores:

Transparência;  
Comprometimento;  
Respeito;  
Ética;  
Solidariedade;  
Responsabilidade.

# Desenvolvimento em todos os números.

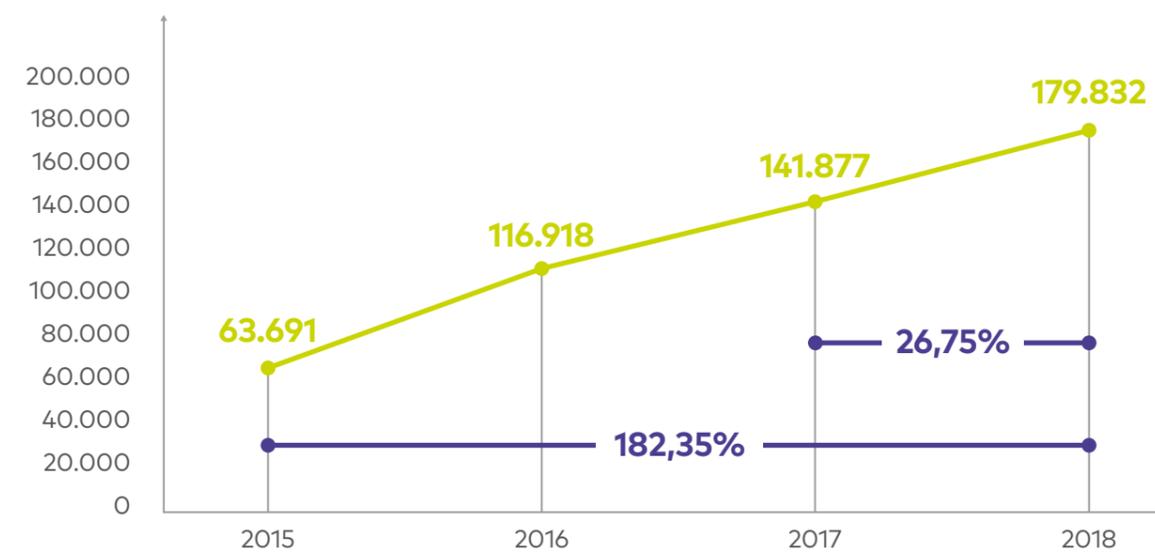


## Cooperados



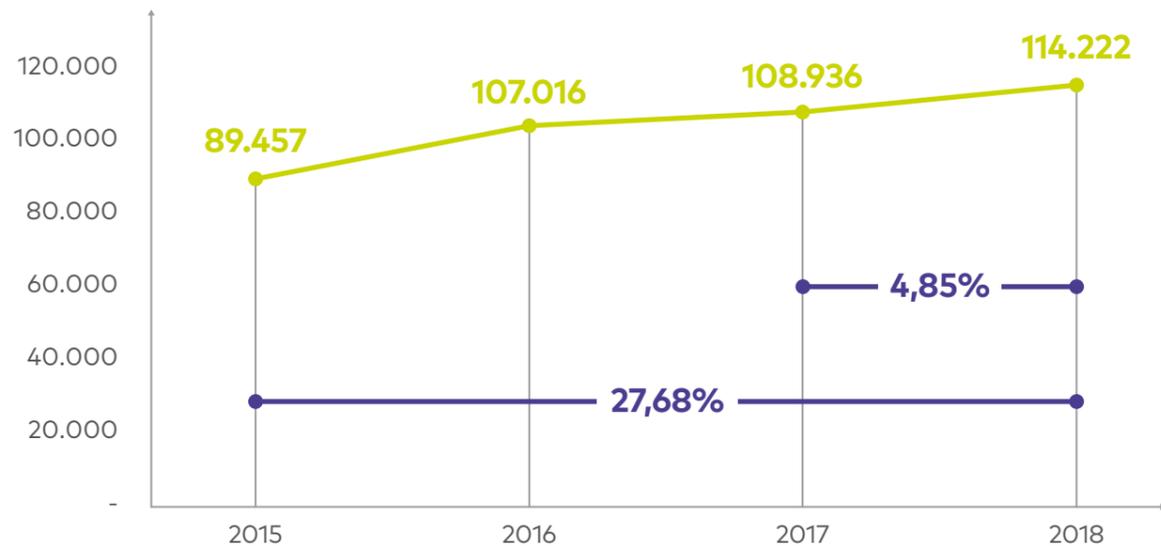
## Depósitos Totais

em R\$ mil



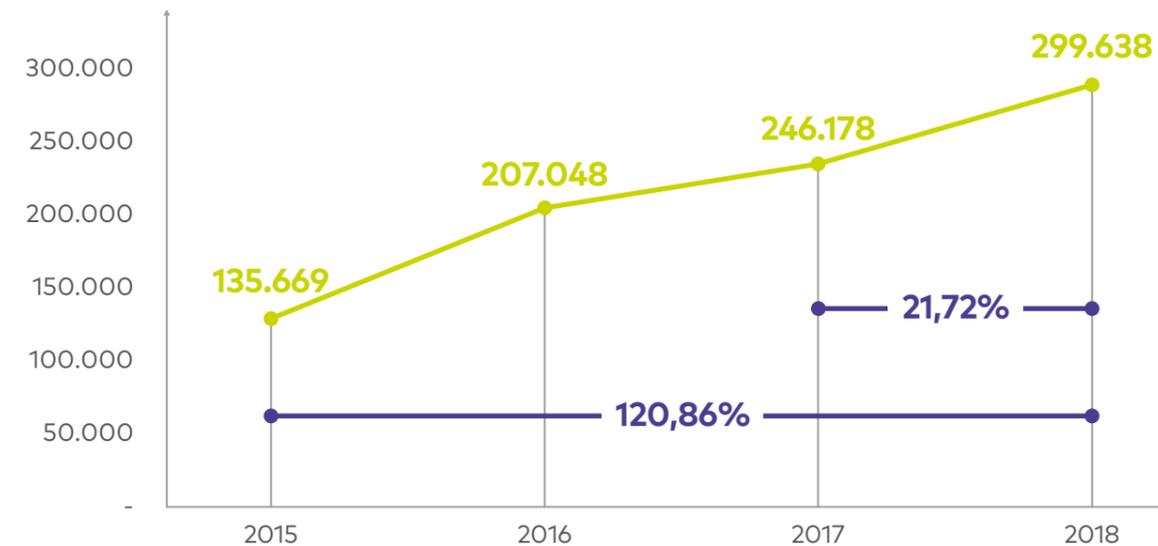
## Carteira de Crédito

em R\$ mil



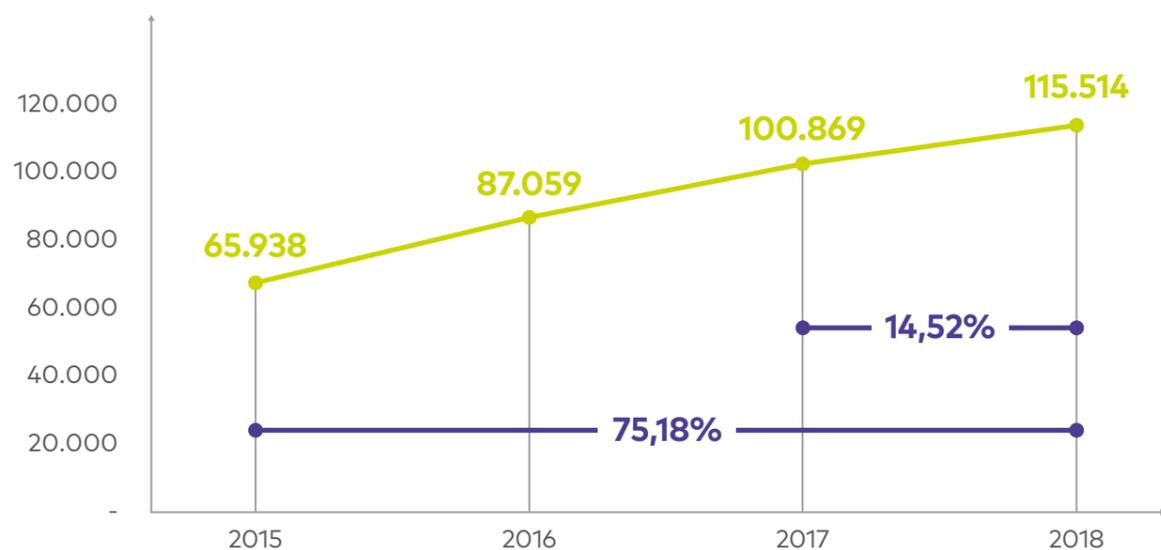
## Ativo Total

em R\$ mil



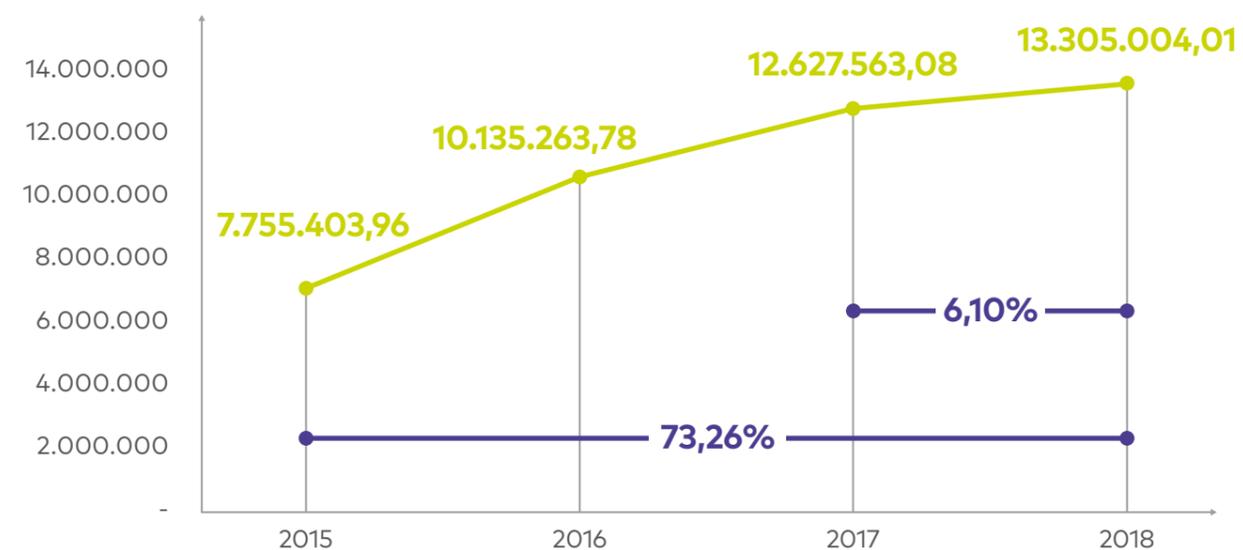
## Patrimônio Líquido

em R\$ mil



## Sobras do Exercício

em R\$



# Governança corporativa.

## Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

## Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evolui no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] e, desde a Assembleia Geral Ordinária de 23/03/2013, utilizou o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adota e adere:
  - ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;

- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

## Estrutura de Governança:

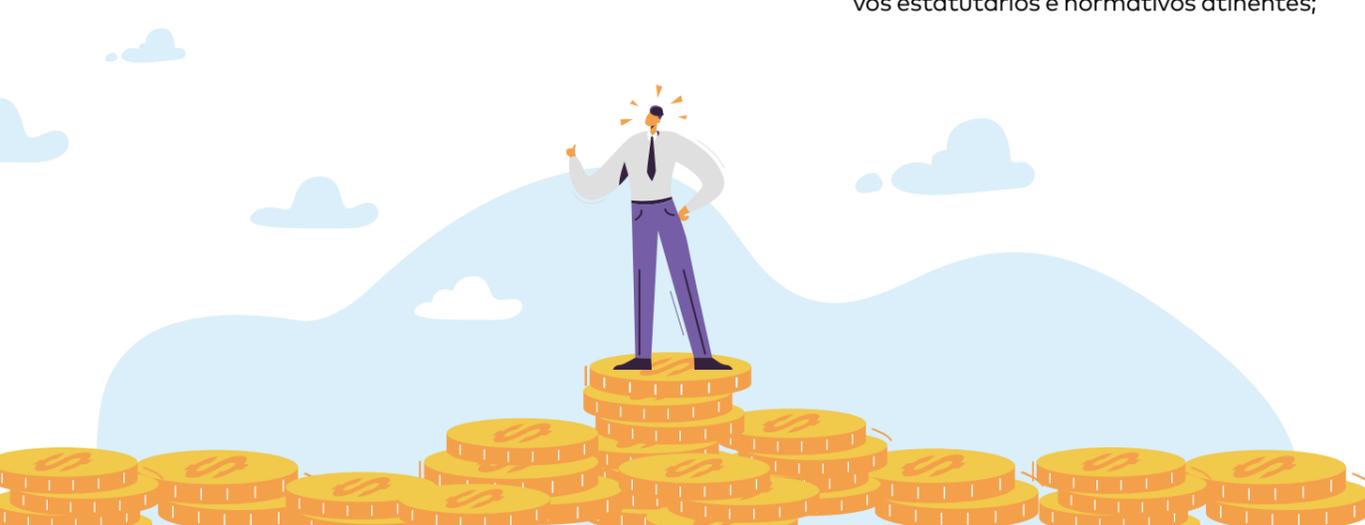
A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS). O CONAD, composto de 12 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

A DIREX, composta de 3 membros – Diretor Superintendente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Operacional, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 2 anos, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.



# Demonstrações financeiras e contábeis

## Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2018	2017	Discriminação	NOTA	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>232.796.063</b>	<b>184.617.326</b>	<b>Circulante</b>		<b>184.002.649</b>	<b>145.187.447</b>
Disponibilidades		3.555.766	2.112.846	Depósitos	11	179.832.762	141.877.971
Títulos e Valores Mobiliários		2	2	Depósitos à Vista		54.562.845	39.817.029
Relações Interfinanceiras	4	160.235.914	110.728.431	Depósitos a Prazo		125.269.917	102.060.942
Centralização Financeira		160.235.914	110.728.431	Relações Interdependentes	12	140.000	25.716
Operações de Crédito	5	54.002.217	55.156.219	Relações Interdependentes		140.000	25.716
Operações de Crédito - Setor Privado		59.200.797	59.536.523	Outras Obrigações	13	4.029.887	3.283.760
(-) Provisão para operações de crédito liq.		(5.198.580)	(4.380.304)	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	13.1	80.561	18.237
Outros Créditos	6	6.619.857	4.249.102	Sociais e Estatutárias	13.2	1.581.776	1.446.002
Avais e Fianças		116.459	210.768	Fiscais e Previdenciárias	13.3	773.884	900.652
Rendas a Receber		805.849	43.604	Diversos	13.4	1.593.666	918.869
Diversos		5.866.122	4.164.500	<b>Não Circulante</b>		<b>121.710</b>	<b>121.710</b>
(-) Provisão para Outros Créditos		(168.573)	(169.770)	Exigível a longo prazo		121.710	121.710
Outros Valores e Bens	7	8.382.307	12.370.726	Provisão para Riscos Fiscais	27	121.710	121.710
Outros Valores e Bens		8.080.264	12.323.385				
(-) Provisão para Desvalorização		-	(280.967)	<b>Patrimônio Líquido</b>	15	<b>115.514.355</b>	<b>100.869.686</b>
Despesas Antecipadas		302.043	328.308	Capital Social		95.743.687	83.004.220
<b>Não Circulante</b>		<b>66.842.651</b>	<b>61.561.517</b>	Reservas de Sobras		14.448.666	12.814.441
Realizável a Longo Prazo	5	60.342.169	53.901.740	Sobras do Exercício		5.322.002	5.051.025
Operações de Crédito		66.287.957	59.591.094				
(-) Provisão para operações de crédito liq.		(6.067.498)	(5.811.064)	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>299.638.714</b>	<b>246.178.843</b>
Outros Créditos	6	121.710	121.710				
Investimentos	8	3.586.928	7.365.994				
Ações e Cotas		3.586.928	7.365.994				
Imobilizado de uso	9	2.899.720	269.156				
Outras Imobilizações de Uso		3.439.993	743.576				
(-) Depreciações Acumuladas		(540.273)	(474.420)				
Intangível	10	13.834	24.627				
Softwares		107.022	105.560				
(-) Amortizações Acumuladas		(93.188)	(80.933)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>299.638.714</b>	<b>246.178.843</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ubiratan da Conceição Seixas  
Diretor Superintendente

Fernanda Laura Abreu do Nascimento  
Contador CRC 014990/O-6

Marco Aurélio Ferreira Domingues  
Diretor Administrativo e Financeiro

## Demonstração das sobras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2018	2018	2017
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>18.644.503</b>	<b>35.442.888</b>	<b>34.861.422</b>
Operações de Crédito	18	18.644.434	35.442.749	34.861.300
Títulos e valores mobiliários		69	139	122
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(8.762.073)</b>	<b>(19.934.594)</b>	<b>(19.015.983)</b>
Operações de Captação no Mercado	11b	(3.685.555)	(6.993.856)	(9.296.563)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(5.076.518)	(12.940.738)	(9.719.420)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>9.882.430</b>	<b>15.508.294</b>	<b>15.845.439</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>2.163.738</b>	<b>3.862.203</b>	<b>3.625.181</b>
Receitas de Prestação de Serviços		1.213.908	2.317.749	1.951.636
Receitas de Tarifas Bancárias		899.544	1.719.609	1.512.369
Despesas de Pessoal	19	(3.428.131)	(6.823.177)	(6.135.146)
Outras Despesas Administrativas	20	(3.067.982)	(5.820.842)	(5.584.985)
Despesas Tributárias		(104.776)	(263.038)	(240.189)
Outras Receitas Operacionais	21	3.504.879	6.644.500	4.820.253
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		4.449.278	8.136.183	8.846.795
Outras Despesas Operacionais	22	(1.302.981)	(2.048.781)	(1.545.552)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>12.046.168</b>	<b>19.370.497</b>	<b>19.470.620</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	23	<b>(957.895)</b>	<b>(922.949)</b>	<b>(543.641)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.</b>		<b>11.088.273</b>	<b>18.447.548</b>	<b>18.926.979</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(124.857)</b>	<b>(353.530)</b>	<b>(222.163)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(68.618)	(199.876)	(123.335)
Provisão para Contribuição Social		(56.239)	(153.654)	(98.828)
<b>RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>10.963.416</b>	<b>18.094.018</b>	<b>18.704.816</b>
Juros Sobre o Capital Próprio	17	(5.472.579)	(5.472.579)	(6.808.565)
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>5.490.837</b>	<b>12.621.439</b>	<b>11.896.251</b>
<b>PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS</b>		<b>(3.075.419)</b>	<b>(7.299.437)</b>	<b>(6.845.226)</b>
(+) Utilização de Recursos do FATES		683.565	683.565	731.311
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(665.250)	(665.250)	(631.378)
Reserva Legal		(562.497)	(1.330.500)	(1.262.756)
Fundo de Aumento para Capital		(2.531.237)	(5.987.252)	(5.682.403)
<b>SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE</b>	15d	<b>2.415.418</b>	<b>5.322.002</b>	<b>5.051.025</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ubiratan da Conceição Seixas  
Diretor Superintendente

Fernanda Laura Abreu do Nascimento  
Contador CRC 014990/O-6

Marco Aurélio Ferreira Domingues  
Diretor Administrativo e Financeiro  
Diretor Administrativo e Financeiro

# Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	Capital Social	(-) Capital a Realizar	Reservas de Sobras	Fundo de Aumento do Capital	Sobras/ Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>74.294.033</b>	<b>(1.720.204)</b>	<b>5.870.304</b>	<b>4.560.869</b>	<b>4.054.106</b>	<b>87.059.107</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	4.742.403	600.633	(1.022)	-	-	<b>5.342.014</b>
Incorporação de Sobras	4.560.869	-	-	(4.560.869)	-	-
Distribuições de Sobras	4.054.106	-	-	-	(4.054.106)	-
Devolução de Capital	(9.560.284)	-	-	-	-	<b>(9.560.284)</b>
Incorporação de Juros ao Capital	6.032.665	-	-	-	-	<b>6.032.665</b>
Sobras	-	-	-	-	11.896.251	<b>11.896.251</b>
Destinação das Sobras:						
Utilização do Fundo de Assistência, Educacional e Social	-	-	-	-	731.311	<b>731.311</b>
Fundo de Reserva	-	-	1.262.756	-	(1.262.756)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	-	(631.378)	<b>(631.378)</b>
Fundo para Aumento do Capital	-	-	-	5.682.403	(5.682.403)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>84.123.791</b>	<b>(1.119.571)</b>	<b>7.132.038</b>	<b>5.682.403</b>	<b>5.051.025</b>	<b>100.869.686</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	5.797.145	274.995	(1.123)	-	-	<b>6.071.016</b>
Incorporação de Sobras	5.682.403	-	-	(5.682.403)	-	-
Distribuições de Sobras	5.051.025	-	-	-	(5.051.025)	-
Devolução de Capital	(8.955.011)	-	-	-	-	<b>(8.955.011)</b>
Incorporação de Juros ao Capital	4.888.910	-	-	-	-	<b>4.888.910</b>
Sobras	-	-	-	-	12.621.439	<b>12.621.439</b>
Destinação das Sobras:						
Utilização do Fundo de Assistência Educacional e Social	-	-	-	-	683.565	<b>683.565</b>
Fundo de Reserva	-	-	1.330.500	-	(1.330.500)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	-	(665.250)	<b>(665.250)</b>
Fundo para Aumento do Capital	-	-	-	5.987.252	(5.987.252)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>96.588.263</b>	<b>(844.576)</b>	<b>8.461.414</b>	<b>5.987.252</b>	<b>5.322.002</b>	<b>115.514.356</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>93.191.084</b>	<b>(938.284)</b>	<b>7.130.915</b>	-	<b>7.130.602</b>	<b>106.514.317</b>
Integralizações / Subscrições de Capital	3.124.828	93.708	-	-	-	<b>3.218.536</b>
Incorporação de Sobras	-	-	-	-	-	-
Distribuições de Sobras	-	-	-	-	-	-
Devolução de Capital	(4.616.559)	-	-	-	-	<b>(4.616.559)</b>
Incorporação de Juros ao Capital	4.888.910	-	-	-	-	<b>4.888.910</b>
Sobras	-	-	-	-	5.490.837	<b>5.490.837</b>
Destinação das Sobras:						
Utilização do Fundo de Assistência Educacional e Social	-	-	-	-	683.565	<b>683.565</b>
Fundo de Reserva	-	-	1.330.500	-	(1.330.500)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	-	(665.250)	<b>(665.250)</b>
Fundo de Aumento Para Capital	-	-	-	5.987.252	(5.987.252)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>96.588.263</b>	<b>(844.576)</b>	<b>8.461.415</b>	<b>5.987.252</b>	<b>5.322.002</b>	<b>115.514.357</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ubiratan da Conceição Seixas  
Diretor Superintendente

Marco Aurélio Ferreira Domingues  
Diretor Administrativo e Financeiro

Fernanda Laura Abreu do Nascimento  
Contador CRC 014990/O-6

# Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	2º Semestre 2018	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>22.849.782</b>	<b>47.845.946</b>	<b>28.718.545</b>
<b>Sobras / (Perdas) ajustadas</b>	<b>10.605.939</b>	<b>25.640.285</b>	<b>21.698.180</b>
Sobras do Semestre / Exercício	5.490.837	12.621.439	11.896.251
Depreciações	32.450	65.853	70.266
Amortizações	6.134	12.255	12.243
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	5.076.518	12.940.738	9.719.420
<b>(Aumento) redução nos Ativos</b>	<b>(10.243.509)</b>	<b>(16.609.540)</b>	<b>(18.299.813)</b>
Operações de Crédito	(9.016.133)	(18.227.166)	(11.639.346)
Outros Créditos	(4.941.156)	(2.370.754)	(3.201.360)
Outros Valores e Bens	3.713.780	3.988.380	(3.459.107)
<b>Aumento (redução) nos Passivos</b>	<b>22.487.352</b>	<b>38.815.201</b>	<b>25.320.178</b>
Depósitos	23.247.667	37.954.791	24.959.944
Outras Obrigações	(900.315)	746.126	340.876
Relações Interdependentes	140.000	114.284	19.358
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>3.559.408</b>	<b>1.081.229</b>	<b>(853.541)</b>
Aumento dos Investimentos	4.104.642	3.779.066	(810.109)
Aquisições do Imobilizado	(543.811)	(2.696.414)	(43.431)
Intangível	(1.423)	(1.423)	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>3.509.202</b>	<b>2.023.230</b>	<b>1.914.328</b>
Integralizações de Capital	3.218.536	6.071.016	5.342.014
Devolução de Capital	(4.616.559)	(8.955.011)	(9.560.284)
(Constituição) / Reversão do FATES	18.315	18.315	99.933
Incorporação de Juros ao Capital	4.888.910	4.888.910	6.032.665
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)</b>	<b>29.918.392</b>	<b>50.950.405</b>	<b>29.779.332</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	133.873.290	112.841.277	83.061.945
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre (Nota 3c)	163.791.682	163.791.682	112.841.277
<b>(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>29.918.392</b>	<b>50.950.405</b>	<b>29.779.332</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ubiratan da Conceição Seixas  
Diretor Superintendente

Marco Aurélio Ferreira Domingues  
Diretor Administrativo e Financeiro

Fernanda Laura Abreu do Nascimento  
Contador CRC 014990/O-6

# Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 – (EM R\$)

## 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DAS MICRO-REGIÕES DE GOIÂNIA E ANÁPOLIS LTDA – SICOOB CREDSEGURO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 21/10/1998, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDSEGURO possui 4 agências nas seguintes localidades: 01 em ANÁPOLIS e 03 em GOIÂNIA – GO.

O SICOOB CREDSEGURO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18 de fevereiro de 2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	3.555.766	2.112.846
Relações interfinanceiras - centralização financeira	160.235.914	110.728.431
<b>TOTAL</b>	<b>163.791.680</b>	<b>112.841.277</b>

#### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas da **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus

valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

#### o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

#### 4. Relações interfinanceiras

Em **31/12/2018** e **2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	160.235.914	110.728.431

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

#### 5. Operações de crédito

##### a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	708.070	-	708.070	473.432
Empréstimos	44.771.244	56.370.886	101.142.130	103.436.964
Títulos Descontados	5.580.363	-	5.580.363	6.691.175
Financiamentos	8.141.120	9.917.071	18.058.191	8.526.046
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.198.580)	(6.067.498)	(11.266.078)	(10.191.368)
<b>TOTAL</b>	<b>54.002.217</b>	<b>60.220.459</b>	<b>114.222.676</b>	<b>108.936.249</b>

##### b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual	de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	
									A
B	1%	Normal	26.392.343	4.527.912	3.007.577	33.927.833	(339.278)	40.205.485	(402.055)
B	1%	Vencidas	1.320.445	66.525	503.960	1.890.930	(18.909)	2.442.280	(24.423)
C	3%	Normal	14.142.378	1.389.265	1.308.359	16.840.001	(505.200)	7.379.697	(221.391)
C	3%	Vencidas	6.203.855	112.941	10.111	6.326.907	(189.807)	1.587.976	(47.639)
D	10%	Normal	2.303.671	572.203	916.954	3.792.827	(379.283)	1.106.678	(110.668)
D	10%	Vencidas	1.960.624	6.668	-	1.967.292	(196.729)	872.709	(87.271)
E	30%	Normal	524.698	203.897	195.887	924.482	(277.345)	170.971	(51.291)
E	30%	Vencidas	400.114	17.565	-	417.678	(125.303)	7.253.069	(2.175.921)
F	50%	Normal	652.923	32.370	-	685.293	(342.646)	49.525	(24.762)
F	50%	Vencidas	928.007	3.671	-	931.678	(465.839)	5.291.081	(2.645.541)
G	70%	Normal	27.562	19.382	-	46.944	(32.861)	-	-
G	70%	Vencidas	4.170.890	114.715	-	4.285.606	(2.999.924)	373.958	(261.771)
H	100%	Normal	15.306	59.817	71.679	146.802	(146.802)	267.664	(267.664)
H	100%	Vencidas	3.353.929	1.280.517	370.206	5.004.652	(5.004.652)	3.628.481	(3.628.481)
<b>Total Normal</b>			<b>79.474.269</b>	<b>8.015.828</b>	<b>17.173.914</b>	<b>104.664.011</b>	<b>(2.264.914)</b>	<b>97.678.062</b>	<b>(1.320.322)</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>18.337.863</b>	<b>1.602.603</b>	<b>884.278</b>	<b>20.824.743</b>	<b>(9.001.164)</b>	<b>21.449.554</b>	<b>(8.871.046)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>97.812.132</b>	<b>9.618.431</b>	<b>18.058.191</b>	<b>125.488.754</b>	<b>(11.266.078)</b>	<b>119.127.617</b>	<b>(10.191.368)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(8.867.080)</b>	<b>(1.673.614)</b>	<b>(725.383)</b>	<b>(11.266.078)</b>		<b>(10.191.368)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>88.945.051</b>	<b>7.944.817</b>	<b>17.332.808</b>	<b>114.222.676</b>		<b>108.936.249</b>	

##### c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	12.266.832	23.594.051	56.370.886	92.231.769
Financiamentos	2.230.433	5.910.687	9.917.071	18.058.191
Conta Corrente	9.204.636	413.795	-	9.618.431
<b>TOTAL</b>	<b>23.701.901</b>	<b>29.918.533</b>	<b>66.287.957</b>	<b>119.908.391</b>

##### d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.831.927	11.160.489	664.997	13.657.413	11%
Setor Privado - Indústria	12.815	1.063.637	168.047	1.244.499	1%
Setor Privado - Serviços	6.008.779	69.901.579	3.760.642	79.671.000	63%
Pessoa Física	1.381.655	24.368.777	897.314	26.647.746	21%
Outros	383.256	3.795.478	89.362	4.268.097	3%
<b>TOTAL</b>	<b>9.618.431</b>	<b>110.289.960</b>	<b>5.580.363</b>	<b>125.488.754</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	10.191.368	6.911.943
Constituições/ Reversões	6.819.619	9.477.395
Transferência para prejuízo	(5.744.909)	(6.197.970)
<b>TOTAL</b>	<b>11.266.078</b>	<b>10.191.368</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	6.278.929	5%	6.280.547	5%
10 Maiores Devedores	41.223.030	33%	39.318.424	33%
50 Maiores Devedores	85.644.354	68%	75.686.971	63%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	7.821.136	7.213.183
Valor das operações transferidas no período	5.744.909	6.197.970
Valor das operações recuperadas no período	(1.050.959)	(5.590.017)
<b>TOTAL</b>	<b>12.515.086</b>	<b>7.821.136</b>

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2018 a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 13.503.127 (treze milhões, quinhentos e três mil, cento e vinte sete reais) compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	116.459	210.767
Rendas a Receber	805.849	43.604
Diversos (a)	5.866.122	4.164.500
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(168.573)	(169.770)
<b>TOTAL</b>	<b>6.619.857</b>	<b>4.249.102</b>

(a) O saldo está composto, basicamente, pelo valor a receber do Sicoob Goiás Central, relativo à devolução do capital social (R\$ 4.370.407), tendo em vista a desfiliação daquela central. Em fevereiro de 2019, o Sicoob Goiás Central efetuou a devolução integral das cotas de capital.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível / Percentual			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
de Risco / Situação								
B	1%	Normal	-	-	-	-	640.000	(6.400)
C	3%	Normal	-	400.000	400.000	(12.000)	600.000	(18.000)
D	10%	Normal	-	476.375	476.375	(47.637)	-	-
E	30%	Vencidas	3.417	-	3.417	(1.025)	90.409	(27.123)
F	50%	Vencidas	-	-	-	-	4.223	(2.112)
G	70%	Vencidas	17.105	-	17.105	(11.973)	-	-
H	100%	Vencidas	95.936	-	95.936	(95.936)	116.136	(116.136)
<b>Total Normal</b>			-	876.375	876.375	(59.637)	1.240.000	(24.400)
<b>Total Vencidos</b>			116.459	-	116.459	(108.935)	210.767	(145.370)
<b>Total Geral</b>			116.459	876.375	992.834	(168.573)	1.450.767	(169.770)
<b>Provisões</b>			(108.935)	(59.637)	(168.573)		(169.770)	
<b>Total Líquido</b>			7.524	816.737	824.261		1.280.998	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	8.080.264	12.323.385
(Provisões para Desvalorizações) (b)	0	(280.967)
Despesas Antecipadas (c)	302.043	328.308
<b>TOTAL</b>	<b>8.382.307</b>	<b>12.370.726</b>

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas da CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	630.294	4.729.936
Participações inst financ controlada coop crédito	2.953.278	2.632.702
Outros Investimentos	3.356	3.356
<b>TOTAL</b>	<b>3.586.928</b>	<b>7.365.994</b>

## 9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso		2.604.819	-
Instalações	10%	4.994	4.994
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(583)	(83)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	418.007	354.970
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(209.651)	(180.422)
Sistema de Comunicação	20%	23.357	23.357
Sistema de Processamento de Dados	10%	345.898	323.384
Sistema de Segurança	10%	42.916	36.871
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(330.039)	(293.915)
<b>TOTAL</b>		<b>2.899.720</b>	<b>269.156</b>

## 10. Intangível

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2018	31/12/2017
Softwares	10%	107.022	105.600
(-) Amortizações Acumuladas		(93.188)	(80.933)
<b>Intangível</b>		<b>13.834</b>	<b>24.667</b>

## 11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixados. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	54.562.845	39.817.029
Depósito sob Aviso	792	44.639
Depósito a Prazo	125.269.125	102.016.303
<b>TOTAL</b>	<b>179.832.762</b>	<b>141.877.971</b>

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As

instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

### a) Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	13.177.193	7%	16.133.138	12%
10 Maiores Depositantes	70.332.523	39%	59.211.931	42%
50 Maiores Depositantes	115.890.458	65%	91.930.472	66%

### b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(949)	(4.035)
Despesas de Depósitos a Prazo	(6.992.907)	(9.292.528)
<b>TOTAL</b>	<b>(6.993.856)</b>	<b>(9.296.563)</b>

## 12. Relações Interdependentes

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento	140.000	25.716
<b>TOTAL</b>	<b>140.000</b>	<b>25.716</b>

## 13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	80.561	18.237
Sociais e Estatutárias	1.581.776	1.446.002
Fiscais e Previdenciárias	773.884	900.652
Diversas	1.593.666	918.869
<b>TOTAL</b>	<b>4.029.887</b>	<b>3.283.760</b>

### 13.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Operações de crédito - IOF	80.373	18.217
Operações com Títulos e Valores Imobiliários	188	20
<b>TOTAL</b>	<b>80.561</b>	<b>18.237</b>

### 13.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados	665.251	683.565
Cotas de Capital a Pagar	916.525	762.437
<b>TOTAL</b>	<b>1.581.776</b>	<b>1.446.002</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas

segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 13.3 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	773.884	900.652
<b>TOTAL</b>	<b>773.884</b>	<b>900.652</b>

### 13.4 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.474	0
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	183.929	190.405
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	708.565	449.494
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	159.464	73.215
Credores Diversos – País (d)	540.234	205.754
<b>TOTAL</b>	<b>1.593.666</b>	<b>918.869</b>

a) Refere-se ao saldo de conta salário disponível para saque a realizar-se até o final do exercício de 2019.

b) Refere-se à provisão para pagamentos de despesas administrativas a realizar-se até o final do exercício de 2019.

c) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 6.268.985 (R\$ 5.482.791 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

d) Representam obrigações do SICOOB CREDSEGURO com terceiros e com seus cooperados.

### 14. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDSEGURO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, centralização financeira, operações de crédito e depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 15. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	95.743.687	83.004.220
Associados	2.702	2.348

#### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10 %, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

#### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **16/03/2018**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ **5.051.025 (cinco milhões, cinquenta e um mil, vinte e cento e seis)**

#### d) Fundo para Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, rateados e incorporados às respectivas contas de capital de cada associado, cujos critérios de rateio são deliberados em Assembleia Geral.

#### e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>12.621.439</b>	<b>11.896.251</b>
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-	(52.187)
Compensação de despesas pelo FATES	683.565	783.498
<b>Sobra líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>13.305.004</b>	<b>12.627.562</b>
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(665.250)	(631.378)
Reserva legal - 10%	(1.330.500)	(1.262.756)
FAC 45%	(5.987.252)	(5.682.403)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>5.322.002</b>	<b>5.051.025</b>

## 16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	80.863	1.186.728
Despesas específicas de atos não cooperativos	-	(265.457)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-	(270.037)
<b>Resultado operacional</b>	<b>80.863</b>	<b>651.234</b>
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-	(543.642)
<b>Resultado</b>	<b>80.863</b>	<b>107.592</b>
Adições e Exclusões ao Resultado não Operacional	-	93.259
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>80.863</b>	<b>200.851</b>
Despesas de Impostos (IRPJ, CSLL, ISS, PIS e COFINS)	(80.863)	(148.664)
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>-</b>	<b>52.187</b>

## 17. Provisão de Juros ao Capital

A cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 18. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.313.158	839.403
Rendas de Empréstimos	27.984.789	25.676.557
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.851.786	2.495.280
Rendas de Financiamentos	3.242.080	2.552.956
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.050.936	3.297.104
<b>TOTAL</b>	<b>35.442.749</b>	<b>34.861.300</b>

## 19. Dispêndios com Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(90.216)	(59.095)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.069.988)	(1.037.152)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(902.869)	(818.235)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.317.366)	(1.223.893)
Despesas de Pessoal - Proventos	(3.321.030)	(2.848.426)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(117.062)	(138.457)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(4.646)	(9.888)
<b>TOTAL</b>	<b>(6.823.177)</b>	<b>(6.135.146)</b>

## 20. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de Água, Energia e Gás	(104.714)	(87.861)
Despesas de Aluguéis	(403.528)	(292.749)
Despesas de Comunicações	(385.256)	(340.960)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(63.809)	(95.256)
Despesas de Material	(83.064)	(71.371)
Despesas de Processamento de Dados	(316.734)	(455.336)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(102.684)	(143.111)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(14.125)	-
Despesas de Publicações	(990)	(10.317)
Despesas de Seguros	(35.018)	(31.135)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.285.405)	(1.192.734)
Despesas de Serviços de Terceiros	(296.542)	(302.067)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(214.433)	(189.721)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(365.737)	(383.017)
Despesas de Transporte	(298.896)	(283.495)
Despesas de Viagem no País	(2.903)	-
Outras Despesas Administrativas	(349.911)	(373.844)
Despesas de Amortização	(12.255)	(12.243)
Despesas de Depreciação	(65.853)	(70.266)
Emolumentos judiciais e cartorários	(521.088)	(706.038)
Contribuição a OCE	(13.608)	(15.696)
Rateio de despesas da Central	(681.138)	(461.532)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(203.151)	(66.235)
<b>TOTAL</b>	<b>(5.820.842)</b>	<b>(5.584.985)</b>

## 21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	4.102.474	2.966.819
Rendas juros cartão de crédito	549.133	501.360
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	13.483	16.905
Crédito receita Sipag - faturamento	227.698	106.260
Crédito receita Sipag - antecipação	556.722	302.258
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	100.920	74.916
Rendas intercâmbio - cartão de débito	73.977	48.511
Distribuição de sobras da central	308.257	-
Outras rendas operacionais	711.836	803.224
<b>TOTAL</b>	<b>6.644.500</b>	<b>4.820.253</b>

## 22. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Operações de Crédito - Descontos Concedidos Renegociações	(36.034)	(74.254)
Despesas de Provisões Passivas	(157.374)	(106.224)
Outras Despesas Operacionais	(1.560.476)	(1.208.810)
Descontos concedidos - operações de crédito	(274.024)	(135.076)
Cancelamento - tarifas pendentes	(20.873)	(21.188)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.048.781)</b>	<b>(1.545.552)</b>

## 23. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	123.683	155.865
Ganhos de Capital	1.975	6.046
Ganhos de Aluguéis	1.761	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(931.334)	(547.038)
(-) Perdas de Capital	(17.000)	(11.952)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(102.034)	(146.562)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(922.949)</b>	<b>(543.641)</b>

## 24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	8.521.485	2,94%	21.135
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	439.197	0,15%	1.581
<b>TOTAL</b>	<b>8.960.682</b>	<b>3,09%</b>	<b>22.716</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>4.033.811</b>	<b>3,11%</b>	

Operações ativas e passivas - saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	74.732	643	5%
Conta Garantida	27.643	276	0%
Empréstimo	9.293.177	75435	10%
Financiamento	710.459	17478	4%
Títulos Descontados	18.989	95	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	2.383.177	4,38%	0%
Depósitos a Prazo	15.444.766	12,33%	0,50%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, nas mesmas condições observadas para todos os associados, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	2,56% a.m.
Empréstimos	1,90% a.m.
Financiamento	1,79% a.m.
Aplicação Financeira - Pós-Fixada	95,94% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	2,64%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,15%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	14.901.437
Títulos Descontados	12.189

No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(43.260)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(551.405)
Encargos Sociais	(118.101)

## 25. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DAS MICRO-REGIÕES DE GOIÂNIA E ANAPÓLIS LTDA - SICOOB CREDSEGURO, em conjunto com outras

cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDSEGURO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB UNI**:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>		
Centralização Financeira	160.235.914	-
Investimentos	630.294	-

Os saldos de centralização financeira e investimentos relativos a 31 de dezembro de 2017 referiam-se ao Sicoob Goiás Central, da qual a singular se desfilou no 1º semestre de 2018.

## 26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### 26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### 26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### 26.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 26.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### 26.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

### 26.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

### 27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Índice de Basileia	70,58%	73,31%

### 28. Provisão para riscos fiscais

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Riscos Fiscais	Depósitos Judiciais	Provisão para Riscos Fiscais	Depósitos Judiciais
PIS e COFINS - Lei 9.703/98	121.710	121.710	121.710	121.710

Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de **2002 a 2005**, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia. Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDSEGURO**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figure como polo passivo, classificados com risco de perda possível.

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_  
**Marco Aurélio Ferreira Domingues**  
CPF.: 672.221.536-91  
Diretor Administrativo

\_\_\_\_\_  
**Fernanda Laura Abreu do Nascimento**  
CPF.: 888.460.671-34  
Contadora - CRC-GO 014.990/O-6

# Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da  
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Micro Regiões de Goiânia e Anápolis Ltda.  
Sicoob Credseguro - Goiânia/GO

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Micro Regiões de Goiânia e Anápolis Ltda. – Sicoob Credseguro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credseguro em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Credseguro é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 26 de fevereiro de 2019.

Nestor Ferreira Campos Filho  
Contador CRC DF – 013421/O-9  
CNAI 1727

# Parecer do Conselho Fiscal.



Examinamos o balanço patrimonial da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Micro Regiões de Goiânia e Anápolis Ltda. – Sicoob Credseguro, levantado em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva demonstração do resultado (sobras), demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, relatório da Administração, notas explicativas e o parecer da auditoria independente, correspondentes ao exercício de 2018, elaborados sob a responsabilidade da administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis auditadas.

1. Balanço Patrimonial: a) considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Cooperativa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; d) nos relatórios de Auditoria Cooperativa elaborados no exercício; e e) o parecer de Auditoria

Independente formulado pela CNAC– (Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa) Auditores Independentes, datado de 26 de fevereiro de 2019.

2. Das Atividades durante o Exercício: a) Atividades fiscalizadoras durante todo o exercício social, consubstanciadas nas reuniões mensais deste Conselho de rito ordinário e/ou extraordinário, conforme respectivas atas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis pertinentes; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa; e d) os esclarecimentos apresentados por prepostos da Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, motivo porque somos favoráveis à sua aprovação.

**Goiânia – Goiás, 12 de março de 2019.**

Ronaldo Luiz de Miranda  
Conselheiro Fiscal Efetivo

Cláudio Miguel de Paula  
Conselheiro Fiscal Efetivo

Juvair Gonçalves Ferreira  
Conselheiro Fiscal Efetivo

# Nossas Agências

## Sede

credseguro@sicoobcredseguro.com.br  
Rua C-139 N° 1087  
Jardim América - Goiânia - 74.275-070  
(62) 3275-0200

## Castelo Branco

pacastelobranco@sicoobcredseguro.com.br  
Avenida Castelo Branco N° 754  
Setor Oeste - Goiânia - 74.140-150  
(62) 3997-7500

## Jardim Goiás

credseguro@sicoobcredseguro.com.br  
Av. Deputado Jamel Cecílio n° 3.527 (Prédio da OCB)  
Jardim Goiás - Goiânia - 74.810-100  
(62) 3275-0200

## Anápolis

paanapolis@sicoobcredseguro.com.br  
Rua Manoel D'Abadia N° 335  
Centro - Anápolis - 75.020-030  
(62) 3321-3256



